

2024



[PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO]

[PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO]

Instrumento que reflete a proposta educacional do **Centro Municipal de Educação Infantil Santa Luzia**, expressando o planejamento do trabalho coletivo da comunidade escolar, cujas responsabilidades, pessoais e coletivas são assumidas para execução dos objetivos estabelecidos.

***É na Educação Infantil que cada
pequena descoberta se torna um
grande aprendizado.***

Silvia Maria Scartazzini

Sumário

1. Apresentação	6
2. Dados da Unidade Escolar	6
2. Histórico	7
4. Missão	7
5. Diagnóstico	8
5.1. Forças	8
5.2. Fraquezas	8
5.3. Oportunidades	8
5.4. Ameaças	8
5.5. Resultados Finais do Ano Anterior	9
5. Objetivos	9
6.1. Objetivo Geral	9
6.2. Objetivos Específicos	10
7. Princípios Legais e Norteadores da Educação Básica	10
7.1. Princípios Legais	10
7.2. Princípios Epistemológicos	11
7.3. Princípios didático-pedagógicos	12
7.4. Princípios Éticos	13
7.5. Princípios Estéticos	13
8. Estrutura e Funcionamento da Instituição	13
8.1. Organização Administrativa e Pedagógica	13
8.2. Espaço Físico, instalações e equipamentos	14
8.3. Organização das turmas e Participação Discente	14
8.3.1. Educação Infantil	14
8.3.2. AEE – Atendimento Educacional Especializado	15
8.3.3. Regimento Escolar	15
8.3.4. Conselho de Classe	15
8.4. Recursos humanos	16
8.4.1. Gestão Administrativa e Pedagógica	16
8.4.2. Docentes	17
8.4.3. Assistente de Desenvolvimento Infantil (Monitores)	18
8.4.4. Auxiliares Administrativos e de Serviços Gerais	19
9. Organização Curricular	19
9.1. Educação Infantil	19
9.2. Orientações Metodológicas e Intervenção Pedagógica	21
10. Projetos Pedagógicos	25

10.2 Projetos Municipais Facultativos	30
10.3 Projetos da Instituição	31
10.4. Temas Transversais	32
11. Avaliação	32
11.1. Critérios de Avaliação	33
11.1.1. Educação Infantil	33
11.1.2. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ..	33
12. Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição	35
13. Referências Bibliográficas	38
14. Ata de Aprovação	39
15. Anexos	41
Relatório de Análise do Projeto Político Pedagógico	42

1. Apresentação

O Projeto Político Pedagógico do CMEI Santa Luzia tem como pressuposto filosófico, psicológico, sociológico as ações educativas que assegurem ao educando o direito ao desenvolvimento integral e saudável respeitando a cultura local e seus saberes. As ações pedagógicas serão desenvolvidas e fundamentadas na concepção e atitudes construtivistas definidas por Emília Ferreiro e nas ações que caracterizam o pensamento de Paulo Freire.

As teorias desenvolvidas por Emília Ferreiro deixam de fundamentar-se em concepções mecanicistas. Do ato de ensinar o processo desloca-se para o ato de aprender por meio da construção de um conhecimento que é realizado pelo educando, uma vez que ele está no centro de todo o processo de ensino-aprendizagem.

Estimular aspectos motores, cognitivos e afetivos são muito importantes, mas vinculados ao contexto da realidade sociocultural das crianças. O pensamento de Paulo Freire baseia-se em três etapas: Etapa de investigação: busca conjunta entre professor e criança, dentro do seu universo vocabular e da comunidade onde ele vive.

Etapa de tematização: momento de tomada de consciência do mundo através da análise social do significado das palavras.

Etapa da problematização: etapa em que o professor desafia e inspira a criança a superar a visão mágica e acrítica do mundo para uma postura conscientizada.

2. Dados da Unidade Escolar

Nome: Centro Municipal de Educação Infantil Santa Luzia		
Endereço: Quadra 01, setor D, Área especial Campos Lindos, Cristalina-GO		
Endereço Eletrônico: cmeisantaluzia@crystalina.go.gov.br		
Localização: Zona rural		
CNPJ: 11.316.451/0001-59	Código INEP: 52112608	Forma de Manutenção: Pública
Lei de Criação: Lei de criação nº 1.809 de 04 de Agosto de 2006.		
Ato Autorizativo em Vigor: Resolução de Renovação de Autorização de Funcionamento CME nº 67 de 27 de setembro de 2023.		

Níveis e Modalidades Ofertados:

Educação Infantil – Creche

Turnos/Horário de Funcionamento Pedagógico:

Matutino – 07:30 às 11:30 horas

Vespertino – 13:00 às 17:00 horas

2. Histórico

O Centro Municipal de Educação Infantil CMEI Santa Luzia foi inaugurado no dia 25 de maio de 2006 e entrou em funcionamento no dia 29 do mesmo mês. A Secretaria de Cidadania e Trabalho ficou no local, com sua equipe, por uma semana, trabalhando na organização e dinamização dos ambientes do CMEI para receber as crianças em lugar confortável e aprazível.

O CMEI Santa Luzia foi criado para atender a clientela de 6 meses a 5 anos e 11 meses de idade, preferencialmente das famílias que os pais trabalhavam, concretizando uma antiga reivindicação.

A instituição tem características peculiares pela sua localização e demanda existente. Atende a comunidade que exerce atividades temporárias nas empresas com trabalhadores rurais, basicamente. Iniciou-se com quatro turmas a contar: berçário, maternal, jardim I e jardim II, totalizando setenta crianças. O CMEI Santa Luzia está vinculado na secretaria de educação com supervisão pedagógica de formação e efetividade dos funcionários. Atualmente o CMEI Santa Luzia atende a clientela de 01 ano a 04 anos e 11 meses, totalizando em média quatrocentas e quarenta e duas crianças até o momento da elaboração deste documento.

4. Missão

Temos como missão primar pela educação de qualidade considerando os aspectos individuais de cada criança e seu ritmo de aprendizagem. Para tanto, utilizaremos diversas estratégias com aulas atrativas e dinâmicas enfatizar o lúdico em um ambiente saudável e propício à aprendizagem, objetivando assim, a aquisição do conhecimento através da participação ativa da mesma. Estimularemos ainda o desenvolvimento da autonomia, a parceria família-escola e o convívio com a diversidade, favorecendo a formação de cidadãos aptos à realidade social bem como estimulando a comunidade a adotar hábitos saudáveis como prevenção de doenças.

5. Diagnóstico

5.1. Forças

- *A equipe gestora é acessível a todo momento na instituição;
- *A instituição utiliza com responsabilidade a autonomia;
- *A instituição faz bom uso dos recursos financeiros;
- *A coordenação pedagógica realiza reuniões frequentemente;
- *A instituição tem forte parceria com as empresas locais;
- *A instituição possui atendimento satisfatório na sala do AEE;
- *A instituição é acolhedora com os crianças e familiares;
- *A equipe gestora realiza com frequência a busca ativa das crianças infrequentes, quando necessário até se locomovendo ao endereço das mesmas.

5.2. Fraquezas

- ✓ Indisponibilidade de tempo de alguns familiares para participar de alguns eventos da instituição;
- ✓ Número insuficiente de salas para atender a demanda da comunidade;

5.3. Oportunidades

- ✓ Facilidade de acesso a novas tecnologias;
- ✓ Participação em programas de treinamento e formação do AlfaMais Goiás;
- ✓ Entrega de Kits escolares para as crianças de baixa renda familiar;
- ✓ Estágio para jovens aprendizes.
- ✓ Construção de novas salas.

5.4. Ameaças

- ✓ Incompreensão dos pais em situações desfavoráveis de incidentes ocorridos com os educandos na Instituição.
- ✓ Incompreensão dos pais em relação às vagas para matrícula. Pressão por vagas.

5.5. Resultados Finais do Ano Anterior

Série	Matrícula Inicial	Transf.	Evadidos	Matrícula Final
Agrup. 1 ano	48	2	8	38
Agrup. 2 anos	106	5	17	84
Agrup. 3 anos	169	22	7	140
Agrup. 4 anos	237	35	4	198

Fonte Ata de Resultado Final 2023

5. Objetivos

6.1. Objetivo Geral

- ✓ Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações.
- ✓ Descobrir e conhecer progressivamente seu corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar.
- ✓ Estabelecer vínculos afetivos e troca com adultos e crianças fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social.
- ✓ Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração.
- ✓ Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades.
- ✓ Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustada as diferentes intenções e situações de comunicação, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva.
- ✓ Conhece algumas manifestações culturais, demonstrando atitude de interesse, respeito e participação frente a elas valorizando a diversidade.

6.2. Objetivos Específicos

Como primeira etapa da educação básica, a educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança.

O Centro Municipal de Educação Infantil- Santa Luzia estabelece os seus objetivos:

1. Primor pelo senso criativo, solidário e ativo;
2. Garantir atendimento qualitativo nos aspectos biopsicossocial e educacional;
3. Desenvolver, cotidianamente, atividades que integra o cuidar e o educar conforme a faixa etária;
4. Oportunizar melhorias de trabalho para funcionários da instituição.
5. Buscar constantemente a otimização administrativa, pedagógica e funcional da instituição;
6. Envolver os pais em um trabalho integrado e articulado ao CMEI Santa Luzia.

7. Princípios Legais e Norteadores da Educação Básica

7.1. Princípios Legais

Dentre os documentos norteadores legais da Educação Básica estão a Lei nº9.394/96, que estabelece atuais princípios e fins da educação brasileira definidos no título II - Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, nos artigos 2º e 3º. O artigo 2º afirma que “a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Já, o artigo 3º reafirma o disposto no artigo 206 da CF, estabelecendo que o ensino será ministrado nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A Resolução CME nº 30/2023, que regulamenta o ensino fundamental de 9 anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. O objetivo é assegurar a todas as

crianças um tempo maior de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem com mais qualidade.

Normas foram estabelecidas pela Lei nº 12.796/2013, essa lei modifica a Lei de Diretrizes e Bases, tornando obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade, Resolução CME Nº 63/2018. As redes municipais e estaduais de ensino têm até 2016 para se adequar e acolher crianças de 4 a 17 anos. O fornecimento de transporte, alimentação e material didático também será estendido a todas as etapas da educação básica. O atendimento à criança deve ser, no mínimo, de quatro horas diárias para o turno parcial e de sete para a jornada integral.

As alterações na Lei de Diretrizes e Bases também englobam educação especial como a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Garantindo preferencialmente a ampliação do atendimento aos educandos na própria rede pública.

Houve ainda a inclusão, na Lei de Diretrizes e Bases, de dispositivo segundo o qual o ensino será ministrado, entre outros itens, em consideração com a diversidade étnico-racial.

Por fim, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, norteia as relações de direitos vivenciadas pelos estudantes nas instituições escolares entre outros espaços e grupos de convívio.

7.2. Princípios Epistemológicos

As essências das ações educacionais serão pautadas na finalidade de assegurar o direito do crianças em obter um espaço propiciador para o seu desenvolvimento, fundamentado num projeto pedagógico, delimitador dos pressupostos teóricos condutores da dinâmica da instituição.

Neste pressuposto a educação assume contornos que privilegiam o educando, suas vivências, seus valores e normas de agir, tendo visão de homem centrada na experiência, na vida e na atividade.

A educação deve ser essencialmente lúdica, prazerosa, fundada nas mais variadas experiências e no prazer de descobrir a vida, colocando as crianças em contato com uma variedade de estímulos e experiências que propiciem a eles seu desenvolvimento integral. Essas ações são desenvolvidas e fundamentadas numa concepção interdisciplinar e totalizadora. As ações desenvolvidas devem fundamentar-se nos princípios de:

- 1) Educação ativa e relacionada com os interesses, necessidades e potencialidades do crianças;
- 2) Ênfase na aprendizagem através da resolução de problemas;
- 3) Ação educativa ligada à vida e não entendida como preparação para a vida;
- 4) Incentivo da solidariedade e não da concorrência.

Em síntese, a ação educativa da instituição de educação fundamental deve interpretar os interesses imediatos das crianças e os saberes já construídos por eles, além de buscar ampliar o ambiente simbólico a que estão sujeitos, bem como comprometer-se em garantir o direito de estudante a que têm. Tomar parte no processo de educação para cidadania que envolve a formação de atitudes de solidariedade para com os outros; implica fazer gestos de cortesia, preservar o coletivo, responsabilizar-se pelas próprias ações e discutir aspectos éticos envolvidos em determinada situação.

Levando-se em conta as atuais concepções sobre a proposta de educação inclusiva esta deve ser aplicada a todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

Nesta concepção a escola deve promover transformações que levem à inclusão social, preparando o educando com necessidades educacionais especiais, do ponto de vista cognitivo, com atendimentos pedagógicos específicos adaptados, a fim de permitir o desenvolvimento do

crianças no sentido de que esse possa adquirir consciência do valor da escola para a sua formação, o convívio social, desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetivas, física, cognitiva, ética, estética de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.

7.3. Princípios didático-pedagógicos

A questão pedagógica é tratada pensando que, se a Educação Infantil é parte integrante da Educação Básica, como diz a Lei nº 9.394/96 em seu artigo 22, cujas finalidades são desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, essas finalidades devem ser adequadamente interpretadas em relação às crianças pequenas. Nessa interpretação, as formas como as crianças, nesse momento de suas vidas, vivenciam o mundo, constroem conhecimentos, expressam-se, interagem e manifestam desejos e curiosidades de modo bastante peculiares, devem servir de referência e de fonte de decisões em relação aos fins educacionais, aos métodos de trabalho, à gestão da instituição e à relação com as famílias.

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Dessa forma, a instituição, como a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza”.

É imprescindível destacar que as competências gerais da BNCC interrelacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores. Essas competências gerais são:

COMPETÊNCIAS GERAIS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

7.4. Princípios Éticos

O princípio Ético propõe uma educação baseada na justiça, solidariedade, liberdade, autonomia, de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

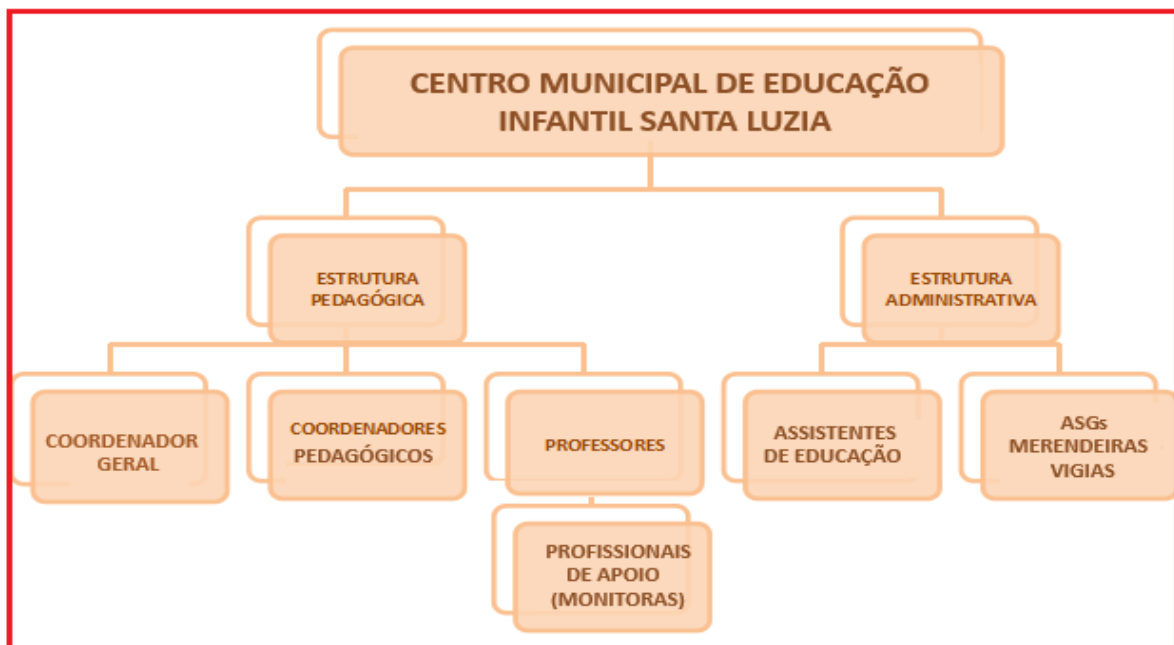
7.5. Princípios Estéticos

O princípio Estético propõe o cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente a da cultura brasileira; da construção de identidade plurais e solitárias.

8. Estrutura e Funcionamento da Instituição

8.1. Organização Administrativa e Pedagógica

A instituição apresenta como organograma de organização administrativa:



8.2. Espaço Físico, instalações e equipamentos

Dependências	Quantidade	Condições de Utilização	
		Adequado	Inadequado
Diretoria	1	x	
Secretaria	1	x	
Sala de professores	1	x	
Sala de coordenação pedagógica	-	-	-
Sala de leitura ou biblioteca	-	-	-
Sala de TV e vídeo	-	-	-
Sala de informática	-	-	-
Sala de Recursos/AEE	1	x	
Sala de ciências / laboratório	-	-	-
Auditório	-	-	-
Sala de aula	10	x	
Almoxarifado	1	x	
Depósito de material de limpeza	1	x	
Despensa	1	x	
Refeitório	-	-	-
Pátio coberto	1	x	
Quadra de esportes descoberta	-	-	-
Quadra de esportes coberta	-	-	-
Cozinha	1	x	
Sanitário dos funcionários	1	x	
Sanitário das crianças	4	x	
Sanitário adaptados para crianças e/ou deficientes.	1	x	
Rampas	1	x	
Corrimão	1	x	

8.3. Organização das turmas e Participação Discente

8.3.1. Educação Infantil

Período Matutino				Período Vespertino			
Agrupamento	Turma	Nº crianças	Sala m ²	Agrupamento	Turma	Nº crianças	Sala m ²
1 ano	A	17	20m ²	1 ano	B	20	20m ²
2 anos	A	20	30m ²	2 anos	C	24	30m ²
2 anos	B	15	20m ²	2 anos	D	20	20m ²
3 anos	A	23	35 m ²	3 anos	D	25	35 m ²

3 anos	B	24	35 m ²	3 anos	E	25	35 m ²
3 anos	C	22	35 m ²	4 anos	E	23	35 m ²
4 anos	A	23	35 m ²	4 anos	F	23	35 m ²
4 anos	B	21	35 m ²	4 anos	G	25	35 m ²
4 anos	C	23	35 m ²	4 anos	H	23	35 m ²
4 anos	D	24	35 m ²	4 anos	I	21	35 m ²
TOTAL DISCENTE E	10	212	-	TOTAL DISCENTE E	10	229	-

FONTE: Livro de Registro de Matrículas 2024

8.3.2. AEE – Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) atende o público-alvo da Educação Especial na instituição, que são as crianças com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação. É um serviço de apoio à sala de aula comum, para que se ofereça meios e modos que efetive o real aprendizado dos estudantes. O AEE é realizado em uma sala de recursos multifuncionais (SRM).

O AEE ocorre em períodos específicos por semana, no contra turno. Em outros momentos, o profissional também realiza um diálogo constante com professores e estudantes.

Não é um reforço e nem uma sala em separado. O AEE é um serviço desenvolvido por um profissional especializado que, em parceria com o educador da turma, verifica as barreiras para a aprendizagem e escolhe ambientes e formas de trabalho adequadas para cada estudante.

A professora Valdirene Neves Calazas, profissional responsável pelo AEE do turno matutino da Instituição tem especialização em Neuropsicopedagogia, Educação Especial e Inclusiva.

A professora Valéria França da Silva Bezerra, profissional responsável pelo AEE do turno vespertino da Instituição tem especialização em AEE e educação Inclusiva.

8.3.3. Regimento Escolar

O regimento escolar é um conjunto de regras que definem a organização administrativa, didática, pedagógica, disciplinar da instituição, estabelecendo normas que deverão ser seguidas, como, por exemplo, os direitos e deveres de todos que convivem no ambiente. Define os objetivos da escola, os níveis de ensino que oferece e como ela opera. Dividindo as responsabilidades e atribuições de cada pessoa, evitando assim, que o gestor concentre todas as ordens, todo o trabalho em suas mãos, determinando o que cada um deve fazer e como deve fazer.

O Regimento é uma reflexão que a escola tem sobre si mesma, baseado em princípios democráticos, de acordo com a legislação e a ordem que é aplicada no país, estado e município.

A Resolução nº 107 de 25/09/2019, do Conselho Municipal de Educação valida o Regimento Escolar da instituição no âmbito da Rede Municipal de Educação e em conformidade com o Regimento Escolar Único da Rede Municipal de Educação.

8.3.4. Conselho de Classe

O Conselho de Classe é uma oportunidade de reunir os professores com o objetivo de refletir sobre a aprendizagem das crianças e o processo de ensino. Seu objetivo é favorecer uma avaliação mais completa do estudante e do próprio trabalho docente, proporcionando um espaço de reflexão sobre o trabalho que está sendo realizado e possibilitando a tomada de

decisão para um novo fazer pedagógico, favorecendo mudanças para estratégias mais adequadas à aprendizagem de cada turma e/ou crianças.

No Conselho de Classe, mais do que decidir se as crianças serão aprovadas ou não, objetiva-se encontrar os pontos de dificuldade tanto das crianças quanto da própria instituição de ensino na figura de seus professores e organização escolar. Nele deve haver uma discussão coletiva onde serão apontadas dificuldades de crianças, professores e da instituição de ensino, a fim de buscar melhorias para o processo ensino-aprendizagem. Ele é um espaço democrático de construção de alternativas para o desenvolvimento da instituição de ensino e das estratégias para o atendimento aos que nela estudam.

A equipe pedagógica deve ter em mente os alvos educacionais a serem desenvolvidos e avaliados no processo de aprendizagem das crianças. Esses alvos devem abranger atitudes de participação, respeito e responsabilidade; construção de conhecimento e apreensão de conteúdos e conceitos; e formação do caráter e da cidadania. Nesta prática avaliativa, cada criança deve ser vista individualmente, em suas singularidades de comportamentos, aprendizagens e histórias particulares.

O Conselho de Classe, para cumprir sua função, exige dos professores um olhar cotidiano detalhado sobre cada indivíduo para que, durante a reunião, possam contar, explicar, lembrar e definir, a partir daquilo que observaram e obtiveram como informação sobre a aprendizagem, o desenvolvimento e a história de vida de cada criança, assim como o tipo de progressão adequada para cada um deles.

É necessário que enquanto as crianças têm seu desenvolvimento avaliado, os professores também reflitam sobre a necessidade de reformular as práticas educativas a fim de levar sugestões para somar às reflexões que serão realizadas durante o Conselho de Classe. O processo dessa participação estudantil no conselho começa com os representantes de classe reunindo as opiniões sobre a postura de cada professor com a sala e da dinâmica de seu trabalho. Após o levantamento do que gostariam que fosse mantido e do que é passível de melhora, acontece o pré-conselho. Nele, representantes de sala se reúnem com a equipe gestora para relatar as dificuldades da turma com cada professor, apontar as melhores desde as considerações do último conselho e também apontar as crianças que precisam de mais atenção.

É importante salientar que para que o Conselho de Classe seja contabilizado como dia de efetivo trabalho escolar, integrantes dos dias letivos, devem obrigatoriamente seguir o que preconiza a Resolução CME nº 04 de 27/02/2020, no que concerne ao art. 5º, inciso I, onde lemos: As atividades escolares que compõem o dia de efetivo trabalho escolar se caracterizarão por toda e qualquer programação incluída no Projeto Pedagógico da escola, sempre com frequência exigível dos discentes, independente do quantitativo e efetiva orientação, presença e participação de professores habilitados.

8.4. Recursos humanos

8.4.1. Gestão Administrativa e Pedagógica

Função	Nome	Formação Nível/área	Situação Funcional
Coordenadora Geral	Edilene Ribeiro Lopes	Superior/pedagogia	Efetivo
Assistente de Ensino	Adriana Costa da Silva Moura	Nível médio	Nomeação
Assistente de Ensino	Keicyane Pereira Freires	Nível médio	Efetivo
Coord. Pedagógico Matutino	Marly Fonseca Gomes da Cruz	Superior/pedagogia	Contrato Temporário
Coord. Pedagógico Vespertino	Amanda Paula da Silva	Superior/pedagogia	Contrato Temporário

FONTE: Modulação 2024

8.4.2. Docentes

Nome	Formação Inicial /área	Atuação: Série	turno	Situação Funcional
Katiane da Conceição Santos	Licenciatura-Pedagogia	Professora agrup. 1 ano A	Matutino	Contrato Temporário
Késia Evangelista da Mota	Licenciatura-Pedagogia	Professora agrup. 1 ano B	Vespertino	Contrato Temporário
Aline Tamires Pereira de Jesus	Licenciatura-Pedagogia	Professora agrup. 2 anos A	Matutino	Contrato Temporário
Luciana Vieira da Silva	Licenciatura-Pedagogia	Professora agrup. 2 anos B	Matutino	Contrato Temporário
Gisele Alves da Silva Oliveira	Licenciatura-Pedagogia	Professora agrup. 2 anos C	Vespertino	Contrato Temporário
Benedita da Costa Nunes Bezerra	Licenciatura-Pedagogia	Professora agrup. 2 anos D	Vespertino	Contrato Temporário
Késia Evangelista da Mota	Licenciatura-Pedagogia	Professora agrup. 3 anos A	Matutino	Efetivo
Valéria França da Silva Bezerra	Licenciatura-Pedagogia	Professora agrup. 3 anos B	Matutino	Efetivo
Raquel Lima Araújo Inácio	Licenciatura-Pedagogia	Professora agrup. 3 anos C	Matutino	Efetivo
Evanina Maria de Souza	Licenciatura-Pedagogia	Professora agrup. 3 anos D	Vespertino	Contrato Temporário
Valdirene Neves Calazas	Licenciatura-Pedagogia	Professora agrup. 3 anos E	Vespertino	Efetivo
Adelaide Alves Ribeiro	Licenciatura-Pedagogia	Professora agrup. 4 anos A	Matutino	Efetivo
Eliane Pereira dos Santos	Licenciatura-Pedagogia	Professora agrup. 4 anos B	Matutino	Contrato Temporário
Erika Amanda Alves Rodrigues	Licenciatura-Pedagogia	Professora agrup. 4 anos C	Matutino	Contrato Temporário
Leonice Pereira da Silva Ferreira	Licenciatura-Pedagogia	Professora agrup. 4 anos D	Matutino	Contrato Temporário
Juciléia Barbosa de Sousa	Licenciatura-Pedagogia	Professora agrup. 4 anos E	Vespertino	Contrato Temporário

Vera Lúcia Freitas Ferreira	Licenciatura- Pedagogia	Professora agrup. 4 anos F	Vespertino	Contrato Temporário
Cristiane Pereira de Jesus	Licenciatura- Pedagogia	Professora agrup. 4 anos G	Vespertino	Contrato Temporário
Francisca Carvalho de Sousa Porto	Licenciatura- Pedagogia	Professora agrup. 4 anos H	Vespertino	Contrato Temporário
Patrícia Rosa de Oliveira	Licenciatura- Pedagogia	Professora agrup. 4 anos I	Vespertino	Contrato Temporário

FONTE: Modulação 2024

8.4.3. Assistente de Desenvolvimento Infantil (Monitores)

Nome	Formação Inicial /área	Atuação: Série/ turno	Situação Funcional
Maria de Lourdes Pontes de Araujo	Pedagogia	Monitora 1 ano A Matutino	Estagiário IEL
Sarinara Nascimento Pereira	Ensino Médio	Monitora 1 ano A Matutino	Estagiário IEL
Alice Cristine Souza de Jesus	Ensino Médio	Monitora 1 ano B vespertino	Estagiário IEL
Mylena Ramos Gonçalves	Pedagogia	Monitora 2 anos a matutino	Estagiário IEL
Larissa Gomes da Cruz	Ensino Médio	Monitora 2 anos B matutino	Estagiário IEL
Andresa Gomes de Jesus	Pedagogia	Monitora 2 anos C vespertino	Estagiário IEL
Maria Eduarda Pereira da Silva	Ensino Médio	Monitora 2 anos C vespertino	Estagiário IEL
Maryna do Nascimento Silva	Ensino Médio	Monitora 2 anos D vespertino	Estagiário IEL
Rayca Thaissa de Oliveira dos Santos	Ensino Médio	Monitora 3 anos A matutino	Estagiário IEL
Taniara Marques da Silva	Ensino Médio	Monitora 3 anos B matutino	Estagiário IEL
Emanuella Guedes Ribeiro	Ensino Médio	Monitora 3 anos B matutino	Estagiário IEL
Ingrid Mirely Sousa Silva	Ensino Médio	Monitora 3 anos C matutino	Estagiário IEL
Sara Pereira Roberto de Jesus	Ensino Médio	Monitora 3 anos C matutino	Estagiário IEL
Josdanni Yenire Sinfontes Ferrer	Ensino Médio	Monitora 3 anos D vespertino	Estagiário IEL
Mariane Pereira Xavier	Ensino Médio	Monitora 3 anos D vespertino	Estagiário IEL

Gabriela da Silva Rodrigues	Ensino Médio	Monitora 3 anos E vespertino	Estagiário IEL
Evanilda Ramos de almeida	Pedagogia	Monitora 4 anos A matutino	Estagiário IEL
Lavínia Cristina Paulino Themistocles	Pedagogia	Monitora 4 anos B matutino	Estagiário IEL
Ana Clara Araujo da Silva	Pedagogia	Monitora 4 anos D matutino	Estagiário IEL
Graciele de Lima Santana Oliveira	Pedagogia	Monitora 4 anos E vespertino	Estagiário IEL
Pahola Souza Batista	Pedagogia	Monitora 4 anos H vespertino	Estagiário IEL

8.4.4. Auxiliares Administrativos e de Serviços Gerais

Nome	Formação	Atuação	Situação Funcional
Daniela Francisca Dos Anjos	Ensino Médio	ASG	Efetivo
Jovercina Faria Pereira	Ensino fundamental	ASG	Efetivo
Maria Elenita Cruz De Brito	Ensino fundamental	ASG	Efetivo
Divania Pereira De Oliveira Santos	Ensino médio	ASG	Contrato
Núbia Ramos de Souza Gonçalves	Ensino médio	ASG	Contrato
Neura Fransica dos Anjos	Ensino médio	ASG	Contrato
Rejane Conceição Teixeira	Ensino fundamental	ASG	Contrato
Sueli Caldeira De Miranda	Ensino Fundamental	Merendeira	Efetivo
Márcia Pereira Freires	Ensino Médio	Merendeira	Contrato
Maria Nilsa Do Nascimento	Ensino Fundamental	Merendeira	Efetivo
Eliane Ferreira De Almeida	Ensino Fundamental	Merendeira	Efetivo
Edimundo Ferreira Da Costa	Superior	Vigia	Efetivo
Marcio Máximo Da Silva	Superior	Vigia	Efetivo
Erik de Oliveira de Moura	Ensino Médio	vigia	Empresa

FONTE: Modulação 2024

9. Organização Curricular

9.1. Educação Infantil

Os conteúdos curriculares da Educação Infantil são determinados a partir de definições das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (BNCC) e o Documento Curricular para Goiás. Estão organizados no Plano Curricular Municipal, Resolução CME nº 112 de 30 de outubro de 2019.

Em síntese estão pautados na definição de criança como “sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura, e, nos eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica

propostas pela BNCC, os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. Considerando esses saberes e conhecimentos, os campos de experiências em que se organiza o Plano Curricular da Educação com seus respectivos objetivos de aprendizagens:

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista.

Corpo, gestos e movimentos – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem.

Traços, sons, cores e formas – Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se

expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos.

Escuta, fala, pensamento e imaginação – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. É importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. A imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais; procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.

9.2. Orientações Metodológicas e Intervenção Pedagógica

PROGRAMA ALFAMAIS GOIÁS/COMPROMISSO PELA CRIANÇA ALFABETIZADA

O Programa em Regime de Colaboração pela Criança Alfabetizada, por meio da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), visa a redução dos índices de alfabetização incompleta e letramento insuficiente entre as crianças matriculadas nas redes públicas de ensino. Também objetiva assegurar a alfabetização completa na idade certa, até o 2º ano do Ensino Fundamental. Para que a alfabetização das crianças seja concluída na idade certa, Estado e municípios irão trabalhar juntos na execução de ações voltadas a professores e estudantes da Educação Infantil e 1º, 2º e 5º anos do Ensino Fundamental.

	Assim, para o ano de 2024 está previsto a distribuição de materiais didáticos de apoio à alfabetização para professores e estudantes.
CURRÍCULO CERNE	Se refere a um grupo de conteúdos que incorporam habilidades e conhecimentos considerados essenciais e que se fazem mandatórios para todos os crianças. Envolve curso de estudos que é considerado central para as circunstâncias da vida atual e futura, uma vez que o progresso dos crianças vai estar comprometido se essas habilidades chave não forem aprendidas primeiramente. É um princípio da construção civil metaforicamente transposto para a educação – “As fundações devem obrigatoriamente estar fortes para depois construir a casa”.
INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os Coordenadores devem realizar o acompanhamento de rotinas como diários, planejamentos, leitura, tabuada, Recuperação Paralela, etc., bem como registrar as observações referentes à rotina de planejamento e registro de aulas dentro outros. 2. O coordenador pedagógico deve zelar para que a Recuperação Paralela aconteça de forma coerente com o objetivo a que se propõe. Para que haja este acompanhamento intensifique a observação da retomada de conteúdos após as avaliações e se necessário alertar a família. 3. Padronizar a apresentação das atividades, avaliações com cabeçalhos, margens e organização. Se os professores são caprichosos e ensinarem, os crianças também o serão. 4. Os professores devem fazer a correção dos cadernos “do cabeçalho ao final da atividade”, mesmo que seja feita correção no quadro. Os coordenadores devem acompanhar para que essa obrigação do professor do EF I seja cumprida. Na Educação Infantil a correção deve ser feita preferencialmente na presença do crianças como momento de construção de aprendizagem 5. As dificuldades de aprendizagem devem ser trabalhadas pelo professor regente de turma sob orientação do coordenador pedagógico. Com utilização de diferentes formas e recursos de ensino, sempre procurando promover o aprendizado do crianças. 6. Registrar todas as situações atípicas ao cotidiano escolar. 7. O coordenador pedagógico deve zelar para que a exposição de materiais em sala de aula seja de possível acesso para o crianças, respeitando sua altura. 8. Na Educação Infantil e Alfabetização, em observância aos campos de experiência evitar o excesso de atividade xerocadas e/ou repetitivas. A criança deve ser levada a pensar e construir. 9. Considerar a criança ativa, exploradora e criadora de sentidos, utilizando espaços que deem apoio aos seus movimentos, que incentivem sua autoria e autonomia, e contribuam para a diversificação de suas possibilidades. 10. O coordenador pedagógico deve conhecer e garantir que os professores conheçam a abordagem curricular da BNCC e os direitos de aprendizagem das crianças na Educação Infantil e as Competências Específica no Ensino Fundamental. 11. O coordenador pedagógico deve comprometer-se e garantir que os professores se comprometam com ações que visem implementar os paradigmas refletidos durante as formações continuadas. 12. A instituição escolar tem uma hierarquia. Normas a serem seguidas bem como seus profissionais. Os comportamentos que prejudicam o bom andamento da instituição ou que ferem a harmonia escolar devem ser geridos com firmeza

	<p>observando os aspectos legais, os princípios da boa convivência, do respeito. O registro cientificado e testemunhado é um documento.</p> <p>13. Cuidar para que o ambiente escolar não seja poluído com cartazes e desenhos. O excesso tira o efeito pedagógico. A limpeza e organização do ambiente escolar atraem e motivam.</p> <p>14. Cuidar para que o ambiente escolar não seja poluído com cartazes e desenhos. O excesso tira o efeito pedagógico. A limpeza e organização do ambiente escolar atraem e motivam.</p>
<p>PARADA PEDAGÓGICA / REFLEXÃO PEDAGÓGICA</p>	<p>A formação contínua do professor deverá ser feita buscando-se o papel ativo do professor que, através da reflexão adquirirá conhecimento crítico de sua ação docente, podendo a partir daí reconstruir os condicionantes de sua ação e os pressupostos de suas escolhas cotidianas.</p> <p>As reuniões são um momento precioso para o aprendizado, já que os professores têm a chance de discutir sobre crianças que precisam de uma atenção especial e até mesmo melhorar o relacionamento com os colegas de trabalho. Esses encontros devem ser planejados e diretos, mas também existe espaço para dinâmicas e atividades interativas que ajudem a alcançar os objetivos desejados pelo corpo docente.</p> <p>Serão estabelecidas como diretrizes para as Parada Pedagógicas e/ou Reflexões Pedagógicas na Rede Municipal de Educação de Cristalina:</p> <p>1º. A Parada Pedagógica e/ou Reflexão Pedagógica é dia letivo conforme o Calendário Municipal e deve ser cumprido no horário normal de funcionamento das instituições.</p> <p>2º. Conforme legislação se houver a participação do Conselho Escolar não é obrigatória a presença de crianças.</p> <p>3º. Deve ser planejada como momento de formação continuada e seguir um planejamento com objetivos determinados pelo Departamento Pedagógico da SME.</p> <p>4º. A Parada Pedagógica e/ou Reflexão Pedagógica é também momento de orientação das ações da instituição e deve envolver todos os funcionários da escola.</p>
<p>PLANO EMERGENCIAL DE ESTUDOS NÃO PRESENCIAL</p>	<p>Será utilizado com a suspensão das atividades escolares presenciais na Rede Municipal por razões de ordem pública determinadas por Decreto, e fizer necessário a implementação de um PLANO EMERGENCIAL DE ESTUDOS NÃO PRESENCIAL que objetiva a continuidade dos estudos na educação básica, utilizando variados meios de orientação, apoio e encaminhamento de atividades.</p> <p>ORIENTAÇÕES GERAIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informar a toda a equipe docente sobre os procedimentos adotados pela SME, inclusive da obrigatoriedade que sejam cumpridos; • Criar grupos de whatsapp, telegrama ou outras mídias pertinentes por turma para que sejam enviadas orientações e atividades. É obrigatório que o professor de cada turma e coordenador pedagógico e de turno participem dos grupos, o primeiro como orientador e os demais como supervisores das atividades. • Os estudantes dos Agrupamento ao 5º ano precisam de supervisão e acompanhamento dos responsáveis portanto encaminhem orientações claras aos pais. • Os estudantes de 6º ao 9º ano têm mais autonomia de estudos e podem ser mais responsabilizados quanto a seu plano de estudos, mas os responsáveis devem ser cientificados sobre a importância deste momento.

- Os professores continuarão trabalhando, exclusivamente em *home office, ou seja*, em casa;
- As horas dispensadas nos estudos dirigidos à distância serão computados posteriormente para a composição da Carga Horária mínima exigida pela Lei 9394/96, conforme estabelece a Medida Provisória da Presidência da República nº 934/2020. A regulamentação deste cômputo cabe aos Conselhos de Educação;
- **Disponibilização dos Materiais Escolares dos Crianças** – todas as instituições cujo material didático das crianças, livros e cadernos, estejam guardados nelas se organizarão nos próximos dias para fazer a entrega destes aos responsáveis; esta entrega de materiais deverá ser absolutamente planejada para evitar aglomeração de pessoas, ser rápida, abranger a maioria dos crianças e respeitar todos os princípios estabelecidos de higiene e (não) contato entre as pessoas. Sugere-se cronograma de turmas e horários com apoio dos funcionários que não sejam dos grupos de risco da pandemia COVID 19 ou que residam em meio, rural e urbano, diferente do da instituição de lotação ou outro município. Excetua-se desta orientação estudantes dos Centros de Educação Infantil cujas atividades pedagógicas devem ser orientadas com materiais facilmente disponíveis nas residências, contação de histórias, músicas, entre outros;
- **Avaliações** – Neste período de Estudos não presenciais a aplicação de avaliações ficará suspensa, no retorno à regularidade letiva serão feitas orientações pedagógicas adequadas para o procedimento de verificação de aprendizagem deste período e fechamento dos bimestres. Excetua-se desta orientação a Educação de Jovens e Adultos, que fará a aplicação de avaliações não presenciais e o lançamento de notas no Diário Eletrônico em método a ser orientado diretamente pelo coordenador da modalidade, dada autonomia da faixa etária que a modalidade contempla;
- Ressalta-se que as atividades à distância diferem da regularidade e organização até então vivenciada nas instituições de forma presencial, portanto é preciso equilíbrio no envio de materiais, seleção de conteúdos e atividades, respeitando a disponibilidade de recursos tecnológicos das famílias, bem como sua capacidade cultural para acompanhamento domiciliar dos estudos. Cada instituição deve avaliar seu envio de atividades e fazer as adequações em sua metodologia de disponibilização de materiais para melhor atender seus crianças.
- É fundamental que se proceda a BUSCA ATIVA dos estudantes para que participem das atividades à distância, fazendo chegar, aos não servidos por internet, o plano semanal/quinzenal de atividades por meio impresso, colado no portão da escola, ligação telefônica entre outros. Nesta ação é necessária a participação dos funcionários administrativos verificando registros de contatos no sistema, pastas individuais e outros assentamentos da secretaria escolar.
- Aos estudantes participantes do Atendimento Educacional Especial – AEE deve ser assegurado que recebam atividades adaptadas.
- Rotina Administrativa e Pedagógica – as secretarias escolares e demais serviços escolares podem continuar com a rotina administrativa de alimentação do sistema, lançamento do censo, organização de arquivos, atualização de cadastros entre outros, finalização do PPP. Para tanto é preciso fazer escala de funcionários evitando aglomerações, que não sejam pertencentes aos grupos de risco e observadas as normas de

higienização e que se evite o deslocamento por transporte público; faz parte ainda desta orientação o revezamento para verificar a segurança da instituição, por exemplo lâmpadas, portas abertas, entrada de alheios, torneiras entre outros. Não haverá atendimento ao público a não ser por meios de comunicação tais como telefone, e-mail entre outros.

10. Projetos Pedagógicos

10.1. Municipalizados

PROJETO: COMBATE AO BULLYING

Objetivo Geral:	Implementar ações de discussão, prevenção e combate ao bullying e cyberbullying no âmbito da Rede Municipal de Educação.
Público Participante:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.
Objetivos Específicos:	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprir a Lei nº 13.185 de 06 de novembro de 2015. • Identificar precocemente casos de bullying. • Criar espaços no interior da escola para escuta e discussão sobre o tema. • Mobilizar os discentes a reflexão sobre bullying, por meio das artes, literatura e concursos. <ul style="list-style-type: none"> • Orientar os pais sobre a temática. • Estimular a empatia, respeito às diferenças, solidariedade, visando uma cultura de paz. • Mobilizar professores a trabalhar o tema em sala de aula. • Esclarecer aos crianças o que é bullying e cyberbullying e as consequências na vida dos outros. • Desestimular a prática do bullying e cyberbullying no ambiente escolar.

PROJETO: ZERO TELAS

Objetivo Geral:	Proporcionar aos pais, estudantes/crianças e comunidade da rede de ensino, refletir na inserção de melhores hábitos na rotina das crianças e adolescentes, visando reduzir os efeitos negativos do sedentarismo, como por exemplo o estresse, ansiedade, obesidade entre outros. Além de aprimorar a performance física e mental dos estudantes/crianças, oferecer oportunidades de saúde, qualidade de vida e desenvolvimento educacional.
Público Participante:	Pais, estudantes/crianças e comunidade da rede de ensino.
Objetivos Específicos:	<ul style="list-style-type: none"> • Conscientizar pais e alunos a reduzir o uso de telas, buscando uma forma de desconectar os mesmos das telas e melhorar as relações sociais fora do virtual. • Buscar melhorar o desempenho de tarefas que envolvem memória, atenção e resgate de atividades lúdicas. • Instrumentalizar os pais, os estudantes/crianças e professores para que possam ter maiores conhecimentos, de modo a atuar mais preparados, capacitados e dessa forma, buscar maior compreensão no comportamento e nas ações dos estudantes/crianças visando a saúde e o ensino aprendizagem.

- Apontar que o uso excessivo de eletrônicos, piora a capacidade de regular comportamentos e emoções, causa prejuízo cognitivo, afeta e compromete as habilidades motoras.
- Informar e orientar pais e responsáveis, estudantes/crianças e comunidade sobre o tema, visando contribuir com o uso consciente das telas.
- Oferecer alternativas para que os estudantes/crianças fiquem longe das telas.
- Guiar as crianças e adolescentes pelo nosso exemplo, pois os adultos também estão mais tempo online, por isso, a situação é difícil.
- Capacitar o docente e a equipe pedagógica para atuação com alunos por meio de projetos como resgate de brincadeiras e atividades lúdicas.
- Promover a criatividade de forma divertida com oficinas artísticas.
- Inserir uma atividade física na rotina diária para diminuir o tempo de tela das crianças e adolescentes e convidá-las para uma atividade física.
- Contribuir para o desenvolvimento das abordagens metodológicas no trabalho com os estudantes/crianças que apresentam influência negativa quanto ao uso de telas.
- Desenvolver ações capazes de promover a socialização, a autoestima, a autonomia, a linguagem, o pensamento e a socialização.
- Ouvir os estudantes/crianças e pais, buscar compreender como o uso de telas está afetando-os.
- Observar alguns transtornos ligados à saúde física, mental e às relações familiares, escolares e de amizades.
- Criar e brincar com seus próprios brinquedos impulsionam as crianças a uma vida menos sedentária, promove saúde física, coordenação, flexibilidade e é sempre motivo de alegria quando a tarefa tem também a participação dos familiares.
- Valorizar os momentos juntos Café da manhã, almoço, janta e os lanchinhos em família podem se tornar oportunidades gostosas para diminuir o tempo de tela das crianças.
- Prevenir os principais agravos decorrentes do uso inadequado das tecnologias digitais e visando estimular práticas saudáveis.
- Substituir esse ambiente virtual pelas brincadeiras e atividades ao ar livre.
- Abordar a necessidade de uma supervisão qualificada de um adulto responsável, na navegação pelo ambiente digital.

PROJETO: ESCOLA DE PAIS “CONECTANDO FAMÍLIAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Objetivo Geral:	Conscientizar as famílias e educadores sobre o que seja realmente participação e relação família-escola, e envolvê-las na vida escolar dos estudantes, assim como, promover sua participação efetiva nas ações escolares e na tomada de decisões.
Público Participante:	Famílias e comunidade escolar.
Justificativa:	Proporcionar através dos encontros com as famílias, um melhor desenvolvimento das crianças para estarem mais preparados emocionalmente e cognitivamente para o ensino-aprendizagem. Sabemos que o foco da escola e da família é o mesmo, o maior e melhor desenvolvimento dos alunos, e por isso a parceria entre essas bases precisa estar muito bem fortalecida e equilibrada, para que de fato o indivíduo possa receber uma educação de qualidade e efetiva. Juntos é possível fortalecer conhecimentos importantes para que essa educação possa

	acontecer através da proposta de conseguir unir escola e família para trabalhar em conjunto pelo melhor para os educandos.
Proposta Metodológica:	<ol style="list-style-type: none"> 1. Encontros temáticos de caráter socioemocional, comportamental, pedagógico, social, interacional, informativo, formativo, lúdico com trocas de experiências para as famílias e educadores, com encontros periódicos no modo on-line; 2. Participação de toda comunidade escolar e validação da proposta a cada encontro através da participação efetiva dos presentes, por meio dos relatos das experiências exitosas nos encontros, nos relatos dos gestores escolares e professores, e também pelas rodas de conversas/escuta e pesquisas promovidas pela equipe da SME; 3. Os temas, ações e propostas da “Escola de pais” (Conectando Famílias), são sugeridos por todos os segmentos e atores que compõe a educação do município. O princípio do não-julgamento e escuta ativa inseridos na proposta é o que move esse projeto e permite o alcance dos resultados exitosos.

APRESENTAÇÕES CULTURAIS	
Objetivo Geral	Desenvolver o trabalho interdisciplinar visando o entendimento global do mundo em que vivemos, focando temas relevantes ao enriquecimento curricular dos estudantes e o envolvimento da família e comunidade.
Objetivos específico	<ol style="list-style-type: none"> 1. Integrar a família e a comunidade no contexto escolar; 2. Oportunizar as crianças a possibilidade de apresentar coletivamente suas habilidades e competências nos conteúdos procedimentais; 3. Promover a realização de projetos que envolva várias disciplinas; 4. Valorizar os produtos culturais: naturais, artesanais e fabricados; 5. Estimular a harmonia nas relações interpessoais; 6. Resgatar valores culturais através da sabedoria popular; 7. Desenvolver o processo de leitura e escrita através de atividades contextualizadas; 8. Favorecer a integração social do grupo; 9. Desenvolver a expressão artística e corporal; 10. Socializar todos os integrantes da comunidade escolar através da troca de ideias e experiências.
TEMA DAS APRESENTAÇÕES CULTURAIS	
“Resgatando Memórias.”	
Justificativa	O tema foi escolhido devido à grande diversidade cultural e étnico social da nossa comunidade, através da troca de ideias e experiências de determinadas épocas, etnias e culturas brasileiras. Resgatando vivências através das cantigas e danças dos costumes e tradições ao longo da história.
Abordagem Pedagógica	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver a expressão artística e cultural; 2. Socializar todos os integrantes da comunidade escolar; 3. Promover a participação dos pais ou responsáveis nas atividades das crianças; 4. Interação da Família/Escola;

	<p>5. Valorização do resgate das cantigas populares que fazem parte da história das pessoas, no intuito de ser uma experiência que traga boas memórias;</p> <p>6. Estimular a harmonia e o trabalho em conjunto.</p>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

RESGATANDO O CIVISMO - SEMANA DA PÁTRIA	
Objetivo Geral:	Semana da Pátria reforça a importância dos símbolos nacionais e da Independência. A Semana da Pátria é comemorada no Brasil entre os dias primeiro e sete de setembro, e tem o objetivo de lembrar a Independência do Brasil , declarada por Dom Pedro I às margens do Rio Ipiranga no dia sete de setembro de 1822.
Público Participante:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.
Objetivos Específicos:	<p>A comemoração da “Semana da Pátria” é indispensável em nossas escolas, pois proporciona ao professor oportunidade de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formar na criança o conceito de pátria; • Despertar o sentimento de patriotismo; • Formar atitude de respeito aos símbolos do Brasil. • Desenvolver a compreensão do passado histórico e da significação da data “Sete de Setembro”. • Incentivar o amor à pátria; • Reconhecer a bandeira como símbolo da Pátria; • Conhecer o fato mais importante da história do Brasil; • Valorizar a escola como participante de grandeza da Pátria; <p>Compreender a razão das festas da Semana da Pátria.</p>

SEMANA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
Objetivo Geral:	O objetivo da semana é promover atividades para difundir conhecimento sobre a Lei Maria da Penha e os mecanismos de assistência e de denúncias existentes contra violência doméstica; integrar a comunidade no combate à violência contra a mulher; capacitar educadores; impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher; entre outros.
Público Participante:	Estudantes de todos os níveis e modalidades da Educação Básica Municipal.
Objetivos Específicos:	Trabalhar no currículo da educação básica, conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher. Os temas deverão ser tratados de forma transversal.

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	
Objetivo Geral:	O PSE tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

Público Participante:	O público beneficiário do PSE são os estudantes da Educação Básica, gestores e profissionais de educação e saúde, comunidade escolar e, de forma mais amplificada, estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).
Objetivos Específicos:	O planejamento destas ações do PSE considera: o contexto escolar e social, o diagnóstico local em saúde do escolar e a capacidade operativa em saúde do escolar. Para alcançar estes propósitos o PSE foi constituído por cinco componentes: a) Avaliação das Condições de Saúde das crianças, adolescentes e jovens que estão na escola pública; b) Promoção da Saúde e de atividades de Prevenção; c) Educação Permanente e Capacitação dos Profissionais da Educação e da Saúde e de Jovens; d) Monitoramento e Avaliação da Saúde dos Estudantes; e) Monitoramento e Avaliação do Programa.
Temáticas abordadas	Ações de saúde previstas no âmbito do PSE e que devem considerar atividades de promoção, prevenção e assistência em saúde, podendo compreender, entre outras: <ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliação clínica; 2. Avaliação nutricional; 3. Promoção da alimentação saudável; 4. Avaliação oftalmológica; 5. Avaliação da saúde e higiene bucal; 6. Avaliação auditiva; 7. Avaliação psicossocial; 8. Atualização e controle do calendário vacinal; 9. Redução da morbimortalidade por acidentes e violências; 10. Prevenção e redução do consumo do álcool; 11. Prevenção do uso de drogas; 12. Promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva; 13. Controle do tabagismo e outros fatores de risco de câncer; 14. Educação permanente em saúde; 15. Atividade física e saúde; 16. Promoção da cultura da prevenção no âmbito escolar.

SEMANA NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA

Objetivo Geral:	Resgatar valores sociais fundamentais, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades para todos.
Público Participante:	Estudantes, famílias, comunidade onde a instituição está inserida, órgão públicos, etc.
Objetivos Específicos:	Sensibilizar a sociedade e os órgãos públicos sobre os direitos fundamentais de cidadania das pessoas com deficiência e auxiliá-las como protagonistas de suas vivências com o envolvimento das famílias quanto as suas responsabilidades e a sua importância de sua participação no convívio social e acesso as políticas públicas, envolvendo as famílias e alertá-las quanto às suas responsabilidades e a importância de sua participação na vida do estudante contexto escolar.

DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA (20 de novembro)

Objetivo Geral:	O Dia da Consciência Negra, assim como todo o mês de novembro, marca a importância das discussões e ações para combater o racismo e a desigualdade
------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	social no país. Fala também sobre avanços na luta do povo negro e sobre a celebração da cultura afro-brasileira.
Público Participante:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.
Objetivos Específicos:	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos antirracistas; - Conscientização da comunidade escolar, além dos muros; - Levar mensagem antirracista para fora da escola; - Levar os estudantes a perceberem e dar visibilidade à questão de que o racismo existe e que precisa ser combatido.

DIA DO COOPERATIVISMO EM CRISTALINA (1º sábado de junho)

Objetivo Geral:	O Dia I do Cooperativismo é considerado como um momento ideal de sensibilização dos jovens sobre o caráter empreendedor e o papel social do cooperativismo. A origem da comemoração tem, também o objetivo de proporcionar a toda sociedade o conhecimento dos benefícios, dos valores e dos princípios da atividade cooperativista.
Público Participante:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.

GINCANA DO MEIO AMBIENTE

Objetivo Geral:	<p>Em comemoração ao dia mundial do meio ambiente, que acontece no dia 05 de junho, visando a conscientização da população, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e a Secretaria Municipal de Educação e Cultura promovem "curso cultural" com as escolas públicas municipais e conveniadas.</p> <p>A iniciativa tem como finalidade trabalhar junto aos estudantes, que se utilizam de desenhos, frases, poesias e redações para despertar a criatividade e fortalecer os debates sobre a temática dos resíduos sólidos urbanos.</p>
Público Participante:	Estudantes da Rede Municipal de Educação.

CAMPANHA DEZEMBRO VERDE (Lei Municipal Nº 2.558 de 22 de novembro de 2021)

Objetivo Geral:	Conscientizar sobre a guarda responsável de animais e Dar a atenção para o problema de maus tratos e abandono de cães e gatos em praças, parques, avenidas, ruas, bairros e estradas rurais do município que cresce cerca de 70% (setenta por cento) durante o mês de dezembro.
Público Participante:	Estudantes de todos os níveis e modalidades da Educação Básica Municipal.
Objetivos Específicos:	<p>Trabalhar no currículo da educação básica, conteúdos relativos aos direitos dos animais.</p> <p>Realizar palestras e atividades educativas sobre o tema</p>

10.2 Projetos Municipais Facultativos

PROJETOS CULTURAIS DIVERSIFICADOS

Objetivo Geral:	A serem definidos no Edital do concurso/ projeto.
Público Participante:	
Objetivos Específicos:	

10.3 Projetos da Instituição

Projeto: MALETA VIAJANTE	
Justificativa	Desenvolver momentos de leitura, buscando incentivar e ampliar a imaginação nas crianças no ambiente escolar juntamente com o ambiente familiar, promovendo essa interação.
Objetivo Geral:	Buscar o interesse na criança, despertando a curiosidade de novas descobertas, através das histórias trabalhadas.
Objetivos Específicos:	Desenvolver o gosto pela leitura e pelas histórias, fazendo com que a criança tenha essa experiência na sala de aula e em casa.
Metodologia:	Serão disponibilizados livros de histórias infantis literários periodicamente para que, as crianças leiam em casa com o auxílio da família; Cada professora irá reservar um espaço na sala com livros de leitura infantil ao alcance das crianças (Cantinho da leitura); Conversas informais sobre as imagens e manuseio dos livros literários.

Projeto: HORTA	
Justificativa	Envolver as crianças em atividades que proporcionem o gosto pelo cultivo e degustação dos vários tipos de hortaliças.
Objetivo Geral:	Conscientizar as crianças sobre a responsabilidade e cuidado das sementes e mudas que serão plantadas, ressaltando a importância de contribuir com o meio ambiente e alimentar-se de forma saudável com os alimentos plantados.
Objetivos Específicos:	Despertar o interesse das crianças para o cultivo e cuidado da horta.
Metodologia:	Orientar as crianças à trazer sementes e mudas de casa; Fazer o plantio das sementes e mudas; Levas as crianças diariamente para regar as plantas; Dar oportunidade às crianças de aprender a cultivar plantas e utilizar com om alimento; Conscientizar da importância de estar saboreando um alimento saudável e nutritivo cultivado por elas mesmas; Degustação do alimento semeado e cultivado.

Projeto: ESPAÇO LEITURA	
Justificativa	Desenvolver um espaço para o momento da leitura, utilizando recursos e ambientes diferentes, afim de despertar o interesse e curiosidade.
Objetivo Geral:	Estimular o interesse pela leitura.
Objetivos Específicos:	Promover o entusiasmo pela leitura, trazendo para a criança a imaginação, a criatividade e boas vivências a partir das histórias contadas.
Metodologia:	Utilizar recursos como tapetes, almofadas, livros infantis e ambientes externos como: Parque, pátio, jardim e etc.

10.4. Temas Transversais

Os temas transversais correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana com temas que abordam valores referentes à cidadania: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural.

Através da tematização da **Ética** deverão ser abordados temas da atualidade que possam ser estudados e analisados de modo a estimular a autonomia na composição de valores dos educandos, auxiliando-os a se situarem nas interações sociais dentro da escola e da comunidade como um todo, abrangendo os principais grupos temáticos: respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade.

Quanto ao tema **transversal** Meio Ambiente, devemos lembrar que não se reduz apenas ao ambiente físico e biológico, mas abrange também as relações sociais, econômicas e culturais. Através dessa visão devemos propiciar momentos de reflexões que induzam as crianças ao enriquecimento cultural, à qualidade de vida e à preocupação com o equilíbrio ambiental.

Quanto ao tema **Orientação sexual** devemos lembrar que são questões a serem abordadas em sala de aula, apesar de abranger assuntos de foro íntimo. As abordagens estarão vinculadas a métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis, a descoberta do próprio corpo e da sexualidade, que poderão ser aprofundadas, a partir de evidências objetivas.

Pelo motivo da sociedade brasileira ser formada por diversas etnias, a abordagem da **Pluralidade Cultural** tem como missão respeitar os diferentes grupos e culturas que compõem o contexto étnico brasileiro, estimulando a convivência dos diversos grupos e fazendo dessa particularidade um fator de enriquecimento cultural.

O tema transversal **Trabalho/Consumo** torna-se adequado para preparar os jovens para a sua inclusão no mundo do trabalho, e é apropriado para discutir assuntos como consumo, direitos, desemprego, etc.

A abordagem do tema **Saúde**, compreende as noções básicas de higiene e saúde, responsabilizando cada indivíduo pelo seu próprio bem-estar. Esse tema possui uma abordagem utilitária de assuntos como, Aids, uso de drogas e gravidez na adolescência, dentre outros. O **Programa Saúde na Escola** desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

Os temas transversais devem ser trabalhados de maneira interdisciplinar, para que seja possível transformar e aceitar uma visão diferenciada de mundo, de conhecimento e de ensino e aprendizagem. A interdisciplinaridade e a transversalidade se completam, na realidade escolar, com o “olhar” de abordar o conhecimento, como algo ativo, inacabado, passível de transformação e de ser vinculado às questões sociais.

11. Avaliação

O processo de avaliação da aprendizagem escolar deve considerar, cotidianamente, a efetiva presença e participação do crianças nas atividades escolares sua comunicação com os colegas, com os professores e com os agentes educativos, sua sociabilidade, sua capacidade de criar, apropriar-se dos conteúdos disciplinares inerentes à idade e série, de tomar iniciativa e o desenvolvimento ao ler, escrever e interpretar, visando à sua aquisição dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários ao pleno exercício da cidadania.

11.1. Critérios de Avaliação

11.1.1. Educação Infantil

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9394 de 1996 (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) sobre a avaliação, a educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

Quanto ao processo de Avaliação, para que a mesma seja realmente significativa e proporcione o desenvolvimento tanto das crianças como dos educadores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Será observado o roteiro de acompanhamento sistemático de elaboração do relatório avaliativo da educação infantil:

- Observações;
- Registros através de relatório escrito reflexivo (poderá ser realizado informalmente no próprio caderno de anotações da professora);
- Registro através de relatório descritivo (poderá ser realizado informalmente no próprio caderno de anotações da professora);
- Registro através de fotografias;
- Registro através de filmagens;
- Registro através de gravações em áudio;
- Registro através de fichas individuais elaboradas pela instituição/SME.

Será elaborado um relatório de caráter formal de caráter descritivo, crítico e reflexivo a partir do desenvolvimento da criança, em relação a cada eixo temático trabalhado, enfatizando os diversos aspectos do processo do seu desenvolvimento. Esse relatório será realizado a partir dos instrumentos avaliativos acima citados e deverá compor a documentação pedagógica da criança, ficando ao final do semestre na sua pasta arquivada na Secretaria da Instituição.

11.1.2. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

A avaliação deve ser feita de acordo com as potencialidades e os conhecimentos adquiridos pelo crianças. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve ser avaliado em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Dessa forma, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos avaliativos usados estão de acordo com as respostas que a crianças pode dar.

É essencial considerar as aquisições do crianças e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas: verificar como ele lida com cálculos, desenho e escrita, por exemplo. A produção escolar, cadernos, exercícios, a socialização com os colegas no desenvolver das atividades também deve ser levada em conta. Deve ser valorizado cada ganho do crianças, cada conquista em seu processo de aprendizagem.

A crianças será avaliado não apenas na sala de aula comum pelo professor regente, como também nas atividades realizadas no Atendimento Educacional Especializado pelo professor da Sala de Recursos Multifuncional. O qual desenvolverá atividades diferenciadas em relação às realizadas na sala comum, tais como: estímulos sensório-motor, identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas das crianças; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade, com o objetivo de preparar, estimular e colaborar para a melhora na aquisição de conhecimentos dos crianças.

Assim, a avaliação do crianças com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação, se dará da seguinte forma:

Na sala de aula comum - A criança será avaliada, conforme o que foi planejado e registrado na Ficha de adaptação/ adequação curricular. Os instrumentos de avaliação serão escolhidos e adaptados pelo professor regente com o auxílio do professor do AEE de acordo com o desenvolvimento e a necessidade de cada criança. O registro final dessa avaliação continuará sendo por meio de nota, como das demais crianças, com o diferencial acrescido da elaboração pelo professor regente de relatório descritivo bimestral, apresentando os ganhos educacionais da criança e os pontos que necessitam ser reforçados no decorrer do ano, justificando a nota dada.

Na Sala de Recursos Multifuncionais - Durante todo o processo, a criança será avaliada, gerando um registro do que foi observado, mediante o plano de atendimento individual elaborado pelo professor do AEE (segue modelo em anexo). No final do bimestre o professor deverá descrever as conquistas da criança e quais objetivos foram alcançados e registrar de que forma as ações do AEE repercutiram no seu desempenho escolar.

Avaliar o desempenho escolar da criança com deficiência requer um olhar de valorização das aquisições. Valorizar as aquisições e não as perdas.

Portanto, o processo de avaliação deve objetivar o aprendizado e não a classificação, retenção ou promoção dos estudantes. Desse modo, quanto à promoção das crianças que apresentam necessidades especiais, o processo avaliativo deve seguir os critérios adotados para todos os demais ou adotar adequações, quando necessário. Segundo MEC, na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, alguns aspectos precisam ser considerados para orientar a promoção ou a retenção da criança na série, etapa, ciclo (ou outros níveis):

“A possibilidade da criança ter acesso às situações escolares regulares e com menor necessidade de apoio especial; A valorização de sua permanência com os colegas e grupos que favoreçam o seu desenvolvimento, comunicação, autonomia e aprendizagem; A competência curricular, no que se refere à possibilidade de atingir os objetivos e atender aos critérios de avaliação previstos no currículo adaptado; O efeito emocional da promoção ou da retenção para a criança e sua família”.

A decisão sobre a promoção ou retenção da criança, deve envolver o mesmo grupo responsável pela elaboração das adequações curriculares da criança e a família, e ser registrado em ata.

A flexibilidade e a dinamicidade do currículo regular podem não ser suficientes para superar as restrições do sistema educacional ou compensar as limitações reais dessas crianças. Desse modo e nas atuais circunstâncias, entende-se que as adequações curriculares fazem-se, ainda, necessárias.

12. Plano Anual de Ação Coletiva da Instituição

PLANO ANUAL DE AÇÃO COLETIVA DO CMEI SANTA LUZIA		
O que detectamos em 2023 que precisamos melhorar ou solucionar em 2024?		O que VAMOS fazer?
APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS	<ul style="list-style-type: none">Evasão das crianças sem comunicar a instituição; Faltas excessivas de algumas crianças sem justificativa; Métodos avaliativos.	<ul style="list-style-type: none">✓ Conscientizar os responsáveis sobre a importância da criança no ambiente escolar, promovendo o desenvolvimento da mesma;✓ Fazer busca ativa das crianças com faltas excessivas sem justificativa, se necessário ir até o domicílio dessa criança.✓ Avaliação participativa onde os responsáveis incentivam nas atividades propostas.
RELAÇÕES COM AS CRIANÇAS	<ul style="list-style-type: none">Alguns casos de mordidas com as crianças bem pequenas.	<ul style="list-style-type: none">✓ Promover atividades com interação entre os agrupamentos, a fim de uma tentativa de fazer as crianças entender que não pode machucar (morder) o coleguinha.

RELAÇÕES INTERPESSOAIS DA EQUIPE	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de diálogo. • Inconsistência de informações. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promover mais harmonia, união e diálogo. ✓ Repassar informações e orientações que estejam em consenso entre gestão e coordenadores pedagógicos.
PARTICIPAÇÃO DOS PAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de acompanhamento do cotidiano escolar dos filhos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ampliar a participação efetiva dos responsáveis na escola; ✓ Promover palestras; ✓ Conscientização através de fotos nos grupos de whatsapp; ✓ Registros das atividades elaboradas em sala individualmente quanto em grupo.
INFRAESTRUTURA	<ul style="list-style-type: none"> • O local foi adaptado conforme orientação do Corpo de Bombeiros. • A aquisição de toldos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Placas sinalizadoras; ✓ Recarga dos extintores de incêndio; ✓ Saídas de emergência sinalizadas; ✓ Toldos para proteger da luz solar em algumas salas, diminuindo o desconforto e o calor. Sugestão dada pelos professores como uma das aquisições do PDDE para este ano, tendo em vista esta necessidade.

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">PRIORIDADES DO PDDE</p>	<p>As verbas do PDDE devem ser utilizadas para adquirir bens e melhoria da Infraestrutura física, bem como para o desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas das escolas.</p> <p>Lembrete: 80% custeio 20% capital</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Custeio: Aquisição de materiais de limpeza, utensílios de cozinha, materiais pedagógicos e de expediente, prestação de serviços e manutenção. ✓ Capital: sugestão: ventiladores, toldos.
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">SITUAÇÃO LEGAL DA INSTITUIÇÃO</p>	<p>Adequada</p> <p>Resolução de Renovação de Autorização de Funcionamento CME nº 67 de 27 de setembro de 2023.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aguardando o novo CERCON. Já foi cumprida as solicitações do Corpo de Bombeiros e estamos aguardando a emissão do documento.

13. Referências Bibliográficas

- BOUTINET, Jean-Pierre. Antropologia do projeto. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Para a Formação de Professores. MEC/SEF. Brasília, 1999.
- _____. Lei 9394/96 Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- _____. Lei 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental.
- CBMM/ Fundação ABRINQ pelos Direitos das Crianças/ UNICEF/ Oficina de Ideias. 10 medidas básicas para a infância brasileira. São Paulo, 1994.
- DELORS, J. (Org.). Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez, 1998.
- DEWEY, J. Como pensamos. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1968.
- DOMINGUES, José Luís. O cotidiano da escola de 1ºGrau: o sonho e a realidade. Tese de doutorado, PUC, São Paulo, 1985.
- HERNÁNDEZ, F. & VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.
- MIRANDA, Cláudia. LOPES, Angélica Carvalho. RODRIGUES, Vera Lúcia. *Alfabetização*. São Paulo: Ática, 2001. Vivência e Construção
- MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. Escola, currículo e a construção do conhecimento. In: Escola Básica. Coletânea CBE Campinas, Papirus, 1992.
- RIBEIRO, Lucília Ávila. *Coleção Construindo um Mundo Melhor com Estudos Sociais, Saúde e Ciências*.
- SNIDER, Georges. Alegria na escola. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

14. Ata de Aprovação

ATA DE APROVAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA LUZIA

Cristalina-GO, 11 de março de 2024.

Aos 11 dias do mês de março de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se direção, professores, funcionários, alunos e pais do CMEI Santa Luzia, para análise e aprovação do Projeto Político Pedagógico para o ano de 2024. Ressalta-se que a elaboração do mesmo se deu de forma coletiva e participativa dos componentes da comunidade escolar com a intenção da escola e seus profissionais realizarem um trabalho de qualidade, resultante de reflexões e questionamentos dos profissionais sobre o que é a escola hoje e o que poderá a vir a ser. Foram discutidas as fraquezas, ameaças, oportunidades e forças da instituição bem como verificados os resultados das avaliações externas e fluxo do ano de 2023 para que servissem de diagnósticos orientadores para a elaboração do Plano de Ação Coletiva 2024. Desta forma o Projeto Pedagógico apresentado expressa a identidade da escola como uma instituição que tem personalidade própria, por refletir o pensamento do seu coletivo, levando em consideração as práticas e necessidades da comunidade escolar, as diretrizes nacionais, e as normas, regulamentos e orientações curriculares e metodológicas do Sistema Municipal de Educação, garantindo o acesso e permanência, com sucesso, do aluno na escola; gestão democrática; qualidade do ensino; organização e integração curricular; integração escola/família/comunidade e autonomia.

Nome Completo dos Participantes:

Cargo que ocupa:

Assinatura:

Nome Completo dos Participantes:	Cargo que ocupa:	Assinatura:
Edilene Ribeiro Lopes	Coordenadora Geral	Edilene R. Lopes
Adriana Costa da Silva Moura	Assistente de Ensino	Adriana Costa da S. Moura
Keicyane Pereira Freires	Assistente de Ensino	Keicyane Pereira Freires
Marly Fonseca Gomes da Cruz	Coord. Pedagógico	Marly Fonseca G. da Cruz
Amanda Paula da Silva	Coord. Pedagógico	Amanda Paula da Silva
Katiane da Conceição Santos	Professora	Katiane da Conceição Santos
Késia Evangelista da Mota	Professora	Késia Evangelista da Mota
Aline Tamires Pereira de Jesus	Professora	Aline Tamires Pereira de Jesus
Luciana Vieira da Silva	Professora	Luciana Vieira da Silva
Gisele Alves da Silva Oliveira	Professora	Gisele Alves da S. Oliveira
Benedita da Costa Nunes Bezerra	Professora	Benedita da C. Nunes Bezerra
Késia Evangelista da Mota	Professora	Késia Evangelista da Mota
Valéria França da Silva Bezerra	Professora	Valéria França da Silva Bezerra
Raquel Lima Araújo Inácio	Professora	Raquel Lima Araújo Inácio
Evanina Maria de Souza	Professora	Evanina Maria de Souza
Valdirene Neves Calazas	Professora	Valdirene Neves Calazas
Adelaide Alves Ribeiro	Professora	Adelaide Alves Ribeiro
Eliane Pereira dos Santos	Professora	Eliane Pereira dos Santos
Erika Amanda Alves Rodrigues	Professora	Erika Amanda Alves Rodrigues
Leonice Pereira da Silva Ferreira	Professora	Leonice Pereira da Silva Ferreira
Juciléia Barbosa de Sousa	Professora	Juciléia Barbosa de Sousa
Vera Lúcia Freitas Ferreira	Professora	Vera Lúcia F. Ferreira
Cristiane Pereira de Jesus	Professora	Cristiane Pereira de Jesus
Francisca Carvalho de Sousa Porto	Professora	Francisca Carvalho de Sousa Porto
Patrícia Rosa de Oliveira	Professora	Patrícia Rosa de Oliveira
Maria de Lourdes Pontes de Araujo	Monitora	Maria de Lourdes P. de Araujo
Sarinara Nascimento Pereira	Monitora	Sarinara Nascimento Pereira

Alice Cristine Souza de Jesus	Monitora	
Mylene Ramos Gonçalves	Monitora	Mylene Ramos Gonçalves
Larissa Gomes da Cruz	Monitora	Larissa Gomes da Cruz
Andresa Gomes de Jesus	Monitora	Andresa Gomes de Jesus
Maria Eduarda Pereira da Silva	Monitora	
Maryna do Nascimento Silva	Monitora	Maryna N. Silva
Rayca Thaissa de Oliveira dos Santos	Monitora	Rayca Thaissa de Oliveira dos Santos
Taniara Marques da Silva	Monitora	Taniara Marques da Silva
Emanuella Guedes Ribeiro	Monitora	Emanuella Guedes Ribeiro
Ingrid Mirely Sousa Silva	Monitora	Ingrid Mirely Sousa Silva
Sara Pereira Roberto de Jesus	Monitora	Sara Pereira Roberto de Jesus
Josdanni Yenire Sinfontes Ferrer	Monitora	Josdanni Yenire S. Ferrer
Mariane Pereira Xavier	Monitora	Mariane Pereira Xavier
Gabriela da Silva Rodrigues	Monitora	Gabriela da Silva Rodrigues
Evanilda Ramos de Almeida	Monitora	Evanilda Ramos de Almeida
Lavinia Cristina Paulino Themistocles	Monitora	Lavinia Cristina Paulino Themistocles
Ana Clara Araujo da Silva	Monitora	Ana Clara de Araujo da Silva
Graciele de Lima Santana Oliveira	Monitora	Graciele de L.S. Oliveira
Pahola Souza Batista	Monitora	Pahola Souza Batista
Daniela Francisca Dos Anjos	ASG	Daniela Francisca Dos Anjos
Jovercina Faria Pereira	ASG	Jovercina Faria Pereira
Maria Elenita Cruz De Brito	ASG	Maria Elenita Cruz De Brito
Divania Pereira De Oliveira Santos	ASG	Divania Pereira De Oliveira Santos
Núbia Ramos de Souza Gonçalves	ASG	Núbia Ramos de Souza Gonçalves
Neura Fransica dos Anjos	ASG	Neura Fransica dos Anjos
Rejane Conceição Teixeira	ASG	Rejane Conceição Teixeira
Sueli Caldeira De Miranda	Merendeira	Sueli Caldeira De Miranda
Márcia Pereira Freires	Merendeira	Márcia Pereira Freires
Maria Nilsa Do Nascimento	Merendeira	Maria Nilsa Do Nascimento
Eliane Ferreira De Almeida	Merendeira	Eliane Ferreira De Almeida
Edimundo Ferreira Da Costa	Vigia	
Marcio Máximo Da Silva	Vigia	
Erik de Oliveira de Moura	vigia	Erik de O. Moura

15. Anexos



<https://drive.google.com/drive/folders/1yvxO0GPPXSbnnzBxS6xfNYmRic8RNne8>



DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO

Relatório de Análise do Projeto Político Pedagógico

Foi analisado o PPP – Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Santa Luzia. O documento foi elaborado para vigorar no ano letivo de 2024. A análise foi feita através da leitura do documento que explicita em seu texto apresentação, identificação, oferta de ensino, histórico e missão da unidade escolar. Apresenta o diagnóstico institucional com a contextualização de suas Forças, Fraquezas, Ameaças e Oportunidades e Resultados em Avaliações Externas. Está explicitada ainda, a função social, a missão e os objetivos que norteiam o agir institucional a fim de que os planos de ação traçados no PPP assegurem o sucesso da instituição.

Com relação a estrutura e funcionamento, estão descritos os aspectos administrativos, recursos materiais e humanos; composição das equipes; nível de organização da escola; qualificação dos professores; e infraestrutura. Destaca-se que em consonância com os Princípios Legais norteadores da Educação Básica a proposta pedagógica do documento contempla o estabelecido pela Lei no 9.394/96, que estabelece os atuais princípios e fins da educação brasileira; a Lei no 11.274/2006 que regulamenta o ensino fundamental de 9 anos, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade; as Normas estabelecidas pela Lei no 12.796/2013 que alterou a LDB, tornando obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 4 anos de idade e englobando, ainda, a educação especial como a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; e o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990, que norteia as relações de direitos vivenciadas pelos estudantes na instituição escolar.

O Projeto Político Pedagógico traz ainda a exposição dos princípios epistemológicos, éticos, estético e didático-pedagógico. Este último contemplando o direcionamento para concretização das aprendizagens essenciais definidas na Base Nacional Comum Curricular. As matrizes curriculares apresentadas são devidamente aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação em conformidade com as modalidades de ensino autorizadas à instituição na Educação Básica.

Os objetos de conhecimento propostos seguem as orientações de desenvolvimento de objetivos de aprendizagens, habilidades e competências conforme estabelece a Base Nacional Comum Curricular da Educação (BNCC) e o Plano Curricular Municipal, contempla os projetos pedagógicos a serem desenvolvidos no período de vigência do PPP, municipalizados e institucionais bem como os critérios de avaliação e orientações metodológicas e de intervenção pedagógica, esta última contempla o Regime de Estudos Não Presencial e o ensino híbrido que poderá ser utilizado com a suspensão das atividades escolares presenciais na Rede Municipal por razões de ordem pública determinadas por Decreto tal como ocorreu na pandemia de Covid-19.

A ata de aprovação do Projeto Político Pedagógico pela comunidade escolar revela a construção coletiva e cooperativa do documento o que fortalece a gestão democrática e autonomia da instituição.

Diante de todo o exposto, feita a análise documental e, atendidas as orientações pedagógicas e legais o Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Santa Luzia está apto aprovação.

Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação

Cristalina, 19 de abril de 2024.


Gicielli Philippi Nandi
Coordenadora Pedagógica